



CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18

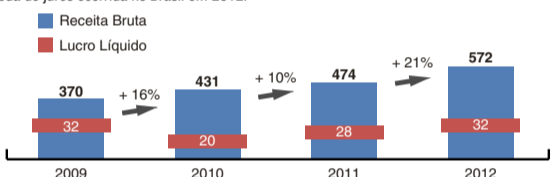
Relatório da Administração

Mensagem da Administração: A União Química Farmacêutica Nacional obteve resultados expressivos ao longo do ano de 2012 e as informações a seguir comprovam o avanço da empresa, indicando o êxito de sua estratégia de desenvolvimento, focada no crescimento sustentado. Se por um lado os bons resultados foram influenciados pela curva ascendente do mercado farmacêutico nacional, por outro, também são frutos diretos do modelo de gestão adotado pela Administração da União Química, o qual envolveu, nos últimos anos, investimentos contínuos em pesquisa, no lançamento de novos produtos, na aquisição de novas marcas, no aprimoramento da qualidade e da produtividade de seus processos e, claro, em inteligência de mercado, com vistas à identificação de novos mercados e segmentos da área farmacêutica até então inexplorados pela Companhia. Dentro deste cenário, o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais tornou-se o fio condutor do progresso da União Química em um mercado que se mostra cada vez mais competitivo, contribuindo para colocá-la em patamar de destaque no cenário farmacêutico global. A mais notável iniciativa neste sentido está relacionada à formação da BioNovis Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica, joint venture entre os laboratórios brasileiros União Química, AChE, EMS e Hypermarcas, que atuará no mercado global de biotecnologias – medicamentos produzidos a partir de células vivas. Trata-se de um segmento que movimentou cerca de US\$160 bilhões anuais e cresce em média 12% ao ano, acima da taxa anual de 2% a 3% dos medicamentos considerados tradicionais. Outro importante destaque no ano de 2012 foi o lançamento da Divisão Genom Ginecologia e Obstetria (Genom GO), que permitirá à União Química atuar em um segmento de mercado que fatura aproximadamente R\$ 3,2 bilhões por ano. Em linha com o seu compromisso de oferecer aos consumidores produtos de qualidade a custos cada vez mais competitivos, transformando desafios em soluções e superando as expectativas do mercado farmacêutico, de seus clientes e consumidores, a empresa avançou solidamente nas ações do Projeto 20-16, plano estratégico que objetiva estruturar as bases necessárias para o crescimento do faturamento bruto que a empresa pretende atingir nos próximos anos, ou seja, 20% ao ano até 2016. Lançado no final de 2011, este Projeto envolve não apenas o Corpo Diretivo, mas também todos os Departamentos da Companhia. Por isso mesmo, em 2012, muitas áreas foram reestruturadas, processos redefinidos e metas revistas, fazendo com que a empresa mergulhasse em um processo de transformação extremamente produtivo, com resultados efetivos já neste período e que devem tornar-se mais intensos nos próximos anos. É importante também destacar que neste ano a Companhia implementou junto aos seus diretores, colaboradores e parceiros o novo Código de Conduta e Ética, reforçando a importância do cumprimento dos seus princípios e valores. Prosseguiremos neste curso, sempre focando o fortalecimento da marca União Química tanto no mercado brasileiro quanto no cenário internacional, promovendo as ações necessárias para manter a competitividade em um mercado em permanente transformação e, principalmente, proporcionando a lucratividade esperada aos acionistas e cumprindo nosso papel social.

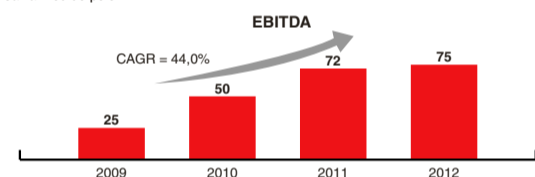
Prezados Acionistas e demais interessados

A Administração da União Química Farmacêutica Nacional S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de apresentar para análise e apreciação de V. Sas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Conjuntura do mercado e estratégia: A estabilidade da economia nacional, a ampliação do poder de compra, a eficiência na distribuição de renda e a ascensão das classes C e D, o alto volume comercializado e a maior diversificação do mix de produtos são fatores que têm contribuído substancialmente para a expansão gradativa do mercado farmacêutico brasileiro. A taxa de crescimento das vendas de medicamentos no Brasil tem sido seis vezes superior ao desempenho dos mercados desenvolvidos, segundo a Federação Internacional da Indústria Farmacêutica. Não por acaso, o País ocupa o 6º lugar no ranking mundial, com uma vertente de crescimento de dois dígitos ano após ano, faturamento do setor em torno de US\$17 bilhões e previsões que indicam a superação dos US\$ 20 bilhões ainda em 2013. Trata-se, portanto, de um dos mais complexos e competitivos mercados da atualidade, onde desafios comuns ao mundo corporativo, como a busca contínua da excelência de produtos e processos, a agilidade e a efetividade em distribuição e no atendimento aos clientes, assim como a redução de custos, ganham dimensões ainda maiores. Em linha com este cenário dinâmico, a União Química tem trabalhado fortemente na renovação do seu portfólio, na expansão de suas vendas em mercados menos concentrados e na maior aproximação com os diversos segmentos nos quais atua, considerando-se tanto o mercado farmacêutico humano como o veterinário. No decorrer do ano realizamos o lançamento de 34 novos produtos e novas apresentações (extensão de linhas). Os lançamentos representaram 9,7% da Receita Bruta obtida em 2012. O resultado financeiro tem apresentado crescimento anual. A Receita Bruta em 2012, no montante de R\$ 571.438 mil, foi superior em 21% se comparado ao ano anterior, enquanto o Lucro Líquido apurado em 2012 ficou em R\$ 31.729 mil, com crescimento de R\$ 3.116 mil, ou 11% em relação ao ano anterior. Observamos que o Lucro Líquido não acompanhou o crescimento da Receita Bruta, fato esse justificado pela decisão da companhia investir fortemente em testes de bioequivalência e ensaios clínicos, de reestruturar e com isso fortalecer importantes áreas para os desafios e o crescimento esperado para os próximos anos. Atrelado a esta decisão, a companhia melhorou sua política de benefícios e incentivos aos seus colaboradores. Tais mudanças e melhorias aumentaram o nível de despesas operacionais em 2012. O impacto das mudanças mencionadas no Lucro Líquido foi parcialmente compensado pela redução das despesas financeiras, resultado da reestruturação da dívida ocorrida em 2011 através de seu alongamento com a emissão de debêntures, além da queda de juros ocorrida no Brasil em 2012.



O EBITDA atingiu R\$ 75,0 milhões em 2012 alcançando a taxa de crescimento média composta (CAGR na sigla em inglês) de 44% entre os anos de 2009 e 2012. O crescimento do EBITDA de 2012 frente ao exercício encerrado em 2011 foi de 4%, sendo inferior ao crescimento da Receita Bruta no mesmo período. Isso ocorreu conforme mencionado anteriormente em razão da decisão da companhia de reestruturar e com isso fortalecer importantes áreas para os desafios e o crescimento esperado para os próximos anos. Atrelado a essa decisão a companhia melhorou sua política de benefícios e incentivos aos seus colaboradores e tais melhorias aumentaram o nível de despesas operacionais em 2012. O EBITDA para os anos de 2009 e 2010 foi recalculado e dessa forma todos os anos estão calculados seguindo a instrução 527/12 da CVM. A seguir, demonstramos a evolução da Capacidade de Geração de Caixa medido pelo EBITDA:



Estrutura focada no mercado:

A União Química está estruturada em dois segmentos de negócios: SAÚDE HUMANA, composta por sete unidades de negócios (Hospitalar, Andromed – MIPs, Farma, Genéricos, Propaganda Médica: Genom Oftalmologia, Genom DOR/Sistema Nervoso Central e Genom Ginecologia e Obstetria – Genom GO), e SAÚDE ANIMAL, formada pelas linhas de Grandes Animais e PET.

Saúde Humana

Hospitalar: A Divisão Hospitalar é responsável por comercializar produtos nos canais privados (hospitais e distribuidores hospitalares) e Órgãos Públicos. Esta Divisão conta um portfólio de produtos indicados para o tratamento de infecções intra-abdominais, do trato respiratório inferior, ginecológicas, do trato geniturinário, ossos e articulações, infecções causadas por bactérias Gram-Positivos, osteoartrite, vias respiratórias inferiores, moles e tecidos moles, vias urinárias.

Genom – Propaganda Médica
A União Química atua nesta Divisão com a marca GENOM, consagrada no segmento Oftalmológico e em constante crescimento nas áreas de Sistema Nervoso Central e Dor. Em 2012, foi criada a Divisão Genom Ginecologia e Obstetria (GO), impulsionando a União Química a um importante e altamente promissor segmento de negócio. A nova Divisão da União Química chegou ao mercado com um portfólio bastante significativo, formado por sete produtos próprios e dois produtos licenciados por intermédio de parceria com um laboratório multinacional. Entre os produtos próprios, destaque para Tess, acetato de ciproterona/etilnilestradiol, que além de alta eficácia contraceptiva é também indicado para o tratamento de acne.

Farma e Genérico

As duas Divisões comercializam aproximadamente 230 apresentações de medicamentos. O produto Ciclo 21, Hormônio Contraceptivo Oral, tornou-se o hormônio mais vendido e o terceiro produto em unidades. Destacamos ainda a liderança de mercado de Bonalen (produto para osteoporose) e Pilem (contraceptivo de emergência). No ano de 2012, dois lançamentos de peso vieram somar ao portfólio de Farma: Warfarin, varfarina (sólida de marca com o menor preço do mercado, um potente anticoagulante indicado na prevenção de trombose (arterial e venosa) e de embolias em artéria cardíaca, especialmente fibrilação atrial; Font D, sua vez, é um suplemento alimentar à base de vitamina D. Ao longo de 2012, Farma também consolidou sua participação nos dois segmentos em que se lançou no ano anterior: Alimentos e Dermocosméticos.

Andromed – MIPs

A Divisão Andromed é a responsável pela comercialização dos medicamentos isentos de prescrição médica ou MIP's. O foco desta Divisão é o investimento em mídia, onde o produto Vodol continua líder no mercado de antimicrobóticos. Completam a linha os produtos Mucofan, Andriodermol, Foidan e A Curitiba.

Saúde Animal

A Divisão Agener União Saúde Animal, coloca a União Química entre as 10 maiores empresas do segmento farmacêutico veterinário e vem se destacando com produtos diferenciados, aumentando sua participação no mercado, registrando índices de crescimento acima da média anual. A Divisão possui duas unidades de negócios: Animais de Produção e Animais de companhia (pet).

Unidade de Negócio Animais de Produção

A unidade de negócio Animais de Produção possui um portfólio completo de produtos para sanidade e reprodução animal, garantindo maior produtividade e lucratividade à Pecuária Brasileira. Entre os produtos, destaque para a marca Tecopace que a Agener comprou e incorporou em 2011 e que consiste em uma linha de produtos de biotecnologia para a reprodução animal que prosseguiu se destacando no setor de bovinocultura durante o ano 2012. No último ano, a unidade de negócio Animais de Produção foi submetida a uma ampla reestruturação, com o objetivo de torná-la ainda mais competitiva. As mudanças envolveram desde processos das áreas financeira, mercadológica, organizacional e comercial, incluindo a contratação de novos colaboradores em posições estratégicas da equipe, a fim de viabilizar a implantação das ações definidas. Contando com uma equipe comercial constituída por médicos veterinários, a Agener União está presente em âmbito nacional, comercializando seus produtos diretamente com as agroindústrias, agropecuárias (grandes redes e lojas independentes), cooperativas ou via uma rede de distribuição exclusiva.

Unidade de Negócio Animais de Companhia

No segmento Pet, a Agener União possui uma linha de produtos farmacêuticos que, além de cuidar da saúde animal, oferece uma melhor qualidade de vida para cães e gatos. Seu portfólio, considerado hoje como um dos mais completos do segmento, está estruturado por classes terapêuticas: Linha Cardio, Linha Equilíbrio, Especialidades, Linha Dor, Anestésicos, Antiparasitários, Antimicrobianos, Dermatológicos e Desinfetantes. Sua equipe comercial, composta exclusivamente por médicos veterinários, desenvolve um trabalho de gestão do canal de venda a distribuidores. Ao mesmo tempo, uma equipe de propagandistas veterinários realiza um trabalho inovador e único de visitação médica, criando demanda para os pontos de venda. Mensalmente, são visitados mais de 3 mil médicos veterinários.

Um Amplo e Moderno Parque Industrial

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos cinco anos, ao longo de 2012, a União Química continuou direcionando investimentos à modernização, ao desenvolvimento tecnológico, a diversificação e a ampliação de seu parque fabril, atendendo às exigências das normas nacionais e internacionais de produção de medicamentos. Seguindo as diretrizes do Projeto 20-16, as fábricas passaram por várias transformações estruturais, logísticas e de processos em busca de maior produtividade. O pólo industrial da União Química é composto por três unidades fabris – Brasília/DF, Pouso Alegre/MG e Embu Guaçu/SP – que somam 270.000m², com um total de 60.000m² de área construída.

Brasília

A União possui mais de 600 funcionários e é dedicada à produção de sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas); líquidos orais (xaropes e suspensões), gotas (orais e soluções de uso tópico) e semissólidos (cremes, pomadas e géis). A capacidade instalada é de 16 milhões de unidades/mês. Em 2012 foi inaugurada a nova fábrica de alimentos que tem como foco a produção de polivitamínicos, suplementos e fibras alimentares.

Pouso Alegre

Trata-se de uma das maiores e mais modernas plantas de produção de formas hormonais em funcionamento no país, responsável pela produção de 3,5 bilhões de comprimidos hormonais e mais de 96 milhões de ampolas anulo, sempre focada na competitividade e garantindo o seu padrão de excelência. Pouso Alegre conta com 450 funcionários e é responsável pela produção de formas farmacêuticas humanas estéreis (ampolas, frascos, líquidos, pós, sólidos, sólidos hormonais, semissólidos e injetáveis hormonais). Em 2012, a fábrica finalizou a área de semissólidos hormonais e concluiu o almoxarifado de produtos hormonais, ampliando sua capacidade de armazenamento em mil posições.

Embu Guaçu

A Companhia iniciou as suas atividades fabris na Unidade de Embu Guaçu/SP há 41 anos. Atualmente, esta fábrica é dedicada exclusivamente a medicamentos de uso veterinário, produzindo as seguintes formas farmacêuticas: injetáveis hormonais, semissólidos hormonais, penicilinas injetáveis, parenterais de pequeno e grande volumes, sólidos, semissólidos orais e tópicos, líquidos orais e tópicos. Contando com uma equipe composta por 280 funcionários, a capacidade instalada de Embu-Guaçu é de 1 milhão de unidades/ mês. Em linha com seu projeto de ampliação e revitalização, a fábrica inaugurou, em 2012, uma área específica dedicada à produção de alimentação animal, além de um novo almoxarifado para materiais inflamáveis. Em outubro, foi inaugurado o Centro de Convivência com mais de 300.000 m², localizado em Itaperiça da Serra. O local é destinado ao lazer e entretenimento dos colaboradores e de seus familiares.

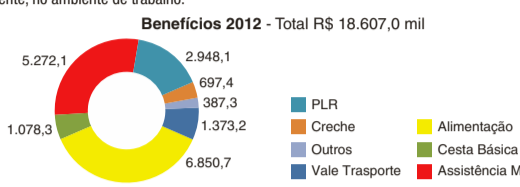
Parceiras, Desenvolvimento e Inovação

A União Química investe fortemente em pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos em parceria com Universidades, Institutos de Pesquisa e em associação com outras indústrias farmacêuticas. Em 2012 foram intensificados os projetos de novos produtos através de parcerias estratégicas que deverão requerer investimentos em inovação na ordem de R\$ 102 milhões, com parte dos recursos obtidos junto a FINEP e ao BNDES. Nesta busca de crescimento através da inovação, a Companhia uniu-se a outros três grandes grupos farmacêuticos nacionais – AChE, EMS e HIFERMARCAS – na formação da Bionovis, empresa dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de produtos biológicos com foco em anticorpos monoclonais. Apesar de a União Química ter investido fortemente em biotecnologia nos últimos anos, a sua Liderança identificou a necessidade fundamental de unir esforços com outras empresas para conquistar este mercado, que além de altamente competitivo, também representa, indiscutivelmente, o futuro da área farmacêutica. A criação da Bionovis coloca o Brasil como um representante de peso no mercado global de biomedicamentos.

Compromisso com as pessoas

O compromisso da União Química com a sociedade supera a produção de medicamentos de qualidade, uma vez

que acreditamos que os valores humanos são a base de uma empresa que pratica a responsabilidade social. Tais valores devem ser colocados em prática diariamente, mediante a adoção de uma postura correta e transparente para com os nossos colaboradores. Nesse contexto, a União Química fornece vários benefícios a seus empregados e familiares, justamente por entender que estes também são uma extensão da empresa e influenciam, ainda que indiretamente, no ambiente de trabalho.



Uma importante realização em 2012 foi à implantação do PLR (Plano de Participação nos Resultados), que veio proporcionar aos trabalhadores da União Química a participação nos lucros ou resultados da empresa. Trata-se de um importante instrumento de integração entre o capital e o trabalho e um forte incentivo à produtividade. O modelo adotado e as suas respectivas metas de lucratividade foram definidos pela Liderança da União Química, avaliados e aprovados por uma Comissão que integrou Representantes dos Empregados e dos Empregadores e também pelo Sindicato da Categoria. Participam todos os colaboradores elegíveis conforme política aprovada. Em 2012 foi concluído o projeto do "Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) União, Vida e Arte", creche direcionada aos filhos dos colaboradores da Unidade de Brasília. Para o seu desenvolvimento, a União Química buscou o que havia de melhor no mercado neste segmento de atuação, justamente para oferecer às crianças o melhor serviço em termos de educação infantil. O mesmo projeto de excelência foi adotado na composição da equipe pedagógica. Além disso, a creche foi projetada por Ruy Ohtake, um dos mais consagrados arquitetos brasileiros, que também é autor do projeto da fábrica de Brasília. Outra importante iniciativa da companhia foi a mudança no plano de saúde, proporcionando melhor cobertura e segurança para os colaboradores e seus dependentes. Na mesma linha de preocupação com a saúde dos nossos colaboradores, a União Química mantém junto às suas unidades industriais, ambulatórios médicos e odontológicos que visam garantir um atendimento de qualidade, rápido e prático.

Sustentabilidade

Na União Química, a busca da excelência tem como objetivo não apenas a responsabilidade econômica e legal, mas, principalmente, o compromisso social e ambiental. Para isso, a empresa adota uma postura pró-ativa em relação à sustentabilidade ao comprometer-se com programas sociais voltados para o futuro da comunidade, que contribuem para a disseminação de valores educativos e a melhoria das condições sociais e de saúde, além de promover a inclusão social. A União Química também realiza ações pontuais de caráter social, que incluem a doação de medicamentos para entidades, hospitais, instituições e pessoas carentes. Na área ambiental, especificamente, a União Química trabalha com o visio de desenvolver ações que gerem benefícios a todos, sem comprometer os recursos naturais das gerações futuras. Dentro deste princípio, a Companhia desenvolve o Projeto de Sustentabilidade Ambiental, o qual toma como base o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), focado no cumprimento das legislações pertinentes, na melhoria dos indicadores ambientais, na aplicação de projetos de melhoria contínua e no atendimento aos padrões de monitoramento e controle das áreas correlacionadas ao meio ambiente, tomando como base os requisitos da Norma NBR ISO 14001. Por intermédio de indicadores, são expressos todos os controles de monitoramento do departamento.

Sustentabilidade ambiental

Na União Química possui sistemas independentes para o tratamento de efluente industrial e do esgoto sanitário. As Estações de Tratamento de Efluentes Industriais das três unidades fabris da empresa – Distrito Federal, Pouso Alegre e Embu-Guaçu – utilizam a tecnologia denominada lodos ativados, composta por tratamento físico-químico seguido por tratamento biológico. Em 2012, considerando-se as três fábricas da União Química, foram tratados cerca de 39.400m³ de efluentes. As águas pluviais de Embu Guaçu e Pouso Alegre, coletadas internamente, são destinadas para a rede de coleta pública. Em Brasília, as águas pluviais são captadas e enviadas para a lagoa de polimento para que, juntamente com o efluente tratado, possam ser utilizadas na irrigação de áreas verdes da fábrica. O sistema de tratamento de esgoto sanitário adotado nas fábricas da União Química é composto por tanques sépticos e filtros anaeróbios. A coleta ocorre de modo independente dos efluentes industriais, ou seja, não há ligação entre as conexões e os sistemas de tratamentos de efluentes industriais e efluentes sanitários. O sistema de tratamento do esgoto sanitário atende à NBR 7229/93 ABNT. A empresa possui um Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (P.G.R.S.S.), que toma como base a Resolução CONAMA nº 358 de 2005 e a RDC nº 306 de 2004 além de normas complementares. Neste procedimento são descritas todas as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observando as suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção, à saúde pública e ao meio ambiente. As fábricas possuem Centrais de Gerenciamento de Resíduos Industriais próprias, onde são armazenados todos os resíduos gerados até sua destinação final, conforme legislação ambiental aplicável. Em atendimento à legislações específicas, no que tange as emissões atmosféricas, todos os materiais particulados gerados nos setores produtivos são coletados pelo sistema de exaustão e retilidos em filtros que são trocados periodicamente de acordo com procedimentos internos. As caldeiras funcionam com combustível a gás liquefeito de petróleo – GLP similar ao gás natural. As emissões de gases atmosféricos provenientes de processos de geração de gases seguem as normas de limite de emissão de gases da Resolução Conama nº 382/2006 e 436/2011. São realizadas inspeções periódicas para determinar a concentração de emissão de MP e NOx, a fim de garantir a eficiência das caldeiras em economia de energia e recurso natural, garantindo qualidade na produção de vapor e qualidade especial com o meio ambiente, minimizando impactos em sua produção de gases. A União Química também efetua periodicamente o monitoramento dos níveis de pressão sonora nos limites das fábricas com as respectivas áreas circunvizinhas, em atendimento à legislação ambiental. Os resultados de avaliação dos níveis de pressão sonora nos limites das fábricas encontram-se abaixo dos limites estabelecidos na respectiva legislação ambiental. A empresa possui todas as licenças ambientais (âmbito federal, estadual e municipal) pertinentes à sua atividade e as respectivas outorgas para captação de água subterrânea. Todas as condicionantes de licenças, relatórios e inventários foram atendidos dentro do prazo estabelecido. Além de adotar todas as iniciativas necessárias à proteção ambiental, a União Química desenvolve um contínuo trabalho de educação junto a seus funcionários voltado à conscientização para a preservação dos recursos naturais e de não poluição, tanto no âmbito profissional como na esfera pessoal. Para isso, além de campanhas pontuais, a União Química mantém uma editoria permanente no jornal Conama, publicação bimestral dirigida aos colaboradores da empresa e familiares, que traz matérias educativas relacionadas a atitudes cotidianas que podem fazer toda a diferença na preservação ambiental.

Agradecimentos

O ano de 2012 foi marcado pela superação de obstáculos e por inúmeras realizações, além de fundamentar a preparação para os desafios que estão por vir. Neste contexto, a União Química tem orgulho de contar com acionistas, fornecedores, clientes e colaboradores que acreditam, confiam e suportam as decisões tomadas e, nas estratégias de negócios para os próximos anos, com a certeza de que o futuro impulsionará resultados ainda mais agressivos e ao mesmo tempo sustentáveis. Com o apoio demonstrado em 2012 e na certeza de continuar com esse apoio nos próximos anos, a União reforça o seu compromisso com a ética, com o profissionalismo e a busca contínua pela melhoria de processos e na manutenção dos elevados padrões de qualidade de seus produtos. A estratégia de longo prazo da União Química está totalmente alinhada à sua confiança no futuro do país, no potencial de crescimento da companhia e na certeza de que em conjunto com acionistas, fornecedores, clientes, colaboradores e na sociedade em geral teremos muito sucesso no atingimento das ambiciosas metas traçadas para um futuro próximo.

São Paulo, 18 de março de 2013

Atenciosamente,

A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 2012 | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|-------|----------------|-----------------|----------------|
| | | | (Reapresentado) | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 34.654 | 25.676 | 9.809 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 2.616 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 7 | 151.425 | 130.048 | 115.652 |
| Estoques | 8 | 91.260 | 88.200 | 54.113 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 7.093 | 3.170 | 3.910 |
| Outras contas a receber | | 12.281 | 10.551 | 2.779 |
| Despesas do exercício seguinte | | 1.437 | 244 | 563 |
| Total do ativo circulante | | 300.766 | 257.889 | 186.826 |
| Não circulante | | | | |
| Partes relacionadas | 9 | 13.312 | 13.773 | 11.965 |
| Crédito a receber | 10 | 3.584 | 3.584 | 3.584 |
| Impostos diferidos | 17,2 | 681 | 3.038 | 3.038 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 6.605 | 3.770 | 3.705 |
| Impostos a recuperar | 6 | 1.584 | 2.964 | 2.964 |
| Depósitos judiciais | 18 | 5.084 | 4.037 | 3.329 |
| Investimentos | 11 | 1.975 | - | 11.611 |
| Imobilizado | 12 | 185.679 | 174.217 | 168.670 |
| Intangível | 13 | 49.039 | 48.961 | 39.770 |
| Diferido | | 776 | 1.010 | 1.244 |
| Total do ativo não circulante | | 268.319 | 255.354 | 247.880 |
| Total do ativo | | 569.085 | 513.243 | 434.706 |

| Passivo | Notas | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|-------|----------------|-----------------|----------------|
| | | | (Reapresentado) | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores nacionais | | 16.181 | 13.837 | 12.937 |
| Fornecedores do exterior | | 8.430 | 6.954 | 3.518 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 45.334 | 20.900 | 77.803 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 15 | 27.335 | 20.704 | 16.946 |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | 210 | - |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 19,5 | 1.797 | 1.679 | 2.765 |
| Outras contas a pagar | | 1.387 | 4.057 | 3.553 |
| Total do passivo circulante | | 100.464 | 68.341 | 117.522 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 117.889 | 146.383 | 78.323 |
| Partes relacionadas | 9 | 12.208 | 12.208 | 9.132 |
| Provisão para demandas judiciais | 18 | 7.923 | 10.640 | 10.109 |
| Receita diferida | 16 | 3.480 | 4.148 | 4.839 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 15 | 50.599 | 24.933 | 5.039 |
| Total do passivo não circulante | | 192.099 | 198.312 | 107.442 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | 19,1 | 198.288 | 198.288 | 198.288 |
| Reserva de capital | | 1.680 | 1.680 | 1.680 |
| Reserva legal | 19,3 | 3.705 | 2.129 | 713 |
| Reserva de lucro | | 60.477 | 32.330 | 7.040 |
| Reserva de incentivos fiscais | 19,4 | 2.523 | 2.314 | 2.021 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 19,2 | 9.849 | 9.849 | - |
| | | 276.522 | 246.590 | 209.742 |
| Total do passivo | | 569.085 | 513.243 | 434.706 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

| Saldos em 31/12/2010 (reapresentados) | Notas | Capital social | | | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de lucros | Reserva incentivos fiscais | Lucro/(prejuízo) acumulado | Adiantamento de futuro aumento de capital | Total |
|---------------------------------------|-------|-------------------|------------------------|----------------|--------------------|---------------|-------------------|----------------------------|----------------------------|---|---------|
| | | Capital subscrito | Capital a integralizar | Capital social | | | | | | | |
| | | 198.512 | (224) | 198.288 | 1.680 | 713 | 7.040 | 2.021 | - | - | 209.742 |
| Aporte de capital | 19,2 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.849 | 9.849 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 28.613 | - | 28.613 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | | | | |
| Dividendos | 19,5 | - | - | - | - | - | - | (1.614) | - | - | (1.614) |
| Constituição de reservas | | -</ | | | | | | | | | |

adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e produtos, uma vez que tenham vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **Diferida:** Formado por gastos pré-operacionais referentes à construção de unidades fabris localizadas em Pouso Alegre - MG e Brasília - DF e à expansão da fábrica de Embu-Guaçu anteriores a 2009, amortizado no período de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios começaram a ser gerados. A partir de 2009, conforme determinado pela Lei nº 11.941/09, novos gastos pré-operacionais passaram a ser lançados como despesa. **Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é representado pela frota de veículos da Companhia usada pelos representantes e funcionários e algumas máquinas e equipamentos, sendo depreciados pelas taxas definidas para o ativo imobilizado correspondente. O respectivo saldo devedor está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos". Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **Provisão para recuperação de ativos (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido de despesas de transação e são subsequentemente medidos em base de custo menos amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com taxas subsidiadas, desde que não sejam operações aplicáveis a qualquer empresa, estão ajustados a valor presente, considerando a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas na futura reversão e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Imposto diferido relacionado à moeda funcional é o Real (R\$) e o patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Outras ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Contingências e outras provisões:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **Moeda funcional:** A moeda funcional das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As demonstrações e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão de moedas foram reconhecidas no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 25. **Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada, ou outros quaisquer benefícios para os funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela diretoria. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é o aumento da sensibilidade de uma Companhia em relação a perdas decorrentes de mudanças nas taxas de juros e consequentemente de despesas financeiras e empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nos taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A exposição da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, está relacionada ao empréstimo em moeda estrangeira, equivalente a US\$5.266 mil e € 403 mil (2011 – US\$5.508 mil) e importações de matéria-prima nos montantes de US\$2.444 mil e € 225 mil (2011 – US\$2.670 mil e € 197 mil), não existindo instrumentos contratados para proteger essa exposição nessas datas. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado pela diretoria da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, comportamento do mercado e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de recuperação duvidosa, apresentada na nota explicativa nº 7. (c) **Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeira (aquisição e renovação de frota de veículos e máquinas e equipamentos); (ii) Financiamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro, sendo parte utilizada para aquisição de uma controlada, e; (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%).

4. Representação das Demonstrações Financeiras – A Companhia identificou, durante o exercício, a necessidade de retificação de erros relacionados a exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes. Esta nota explica os ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de abertura em 31 de dezembro de 2010 e também para o balanço patrimonial originalmente preparado de acordo com as práticas contábeis vigentes àquela data, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. **Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011:**

| Ativo | Legenda | 2011 | Ajustes | 2011 (Reapres.) |
|---|---------|-------------|---------------|------------------------|
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | (a) | 7.247 | 18.429 | 25.676 |
| Títulos e valores mobiliários | (a) | 18.429 | (18.429) | – |
| Contas a receber de clientes | | 130.048 | – | 130.048 |
| Estoque | | 88.200 | – | 88.200 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 3.170 | – | 3.170 |
| Outras contas a receber | (b) | 9.596 | 955 | 10.551 |
| Despesas do exercício seguinte | | 244 | – | 244 |
| Total do ativo circulante | | 256.934 | 955 | 257.889 |
| Não circulante | | | | |
| Partes relacionadas | (b) | 14.728 | (955) | 13.773 |
| Crédito a receber | | 3.584 | – | 3.584 |
| Impostos diferidos | (c) | 104 | 2.934 | 3.038 |
| Títulos e valores mobiliários | | 3.770 | – | 3.770 |
| Impostos a recuperar | | 2.964 | – | 2.964 |
| Depósitos judiciais | | 4.037 | – | 4.037 |
| Imobilizado | | 174.217 | – | 174.217 |
| Intangível | | 48.961 | – | 48.961 |
| Diferido | | 1.010 | – | 1.010 |
| Total do ativo não circulante | | 253.375 | 1.979 | 255.354 |
| Total do ativo | | 510.309 | 2.934 | 513.243 |
| Passivo | | | | |
| Legenda | | 2011 | Ajuste | 2011 (Reapres.) |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores nacionais | | 13.837 | – | 13.837 |
| Fornecedores do exterior | | 6.954 | – | 6.954 |
| Empréstimos e financiamentos | | 20.900 | – | 20.900 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | | 20.704 | – | 20.704 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 210 | – | 210 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | 1.679 | – | 1.679 |
| Outras contas a pagar | | 4.057 | – | 4.057 |
| Total do passivo circulante | | 68.341 | – | 68.341 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (d) | 162.022 | (15.639) | 146.383 |
| Partes relacionadas | | 12.208 | – | 12.208 |
| Provisão para demandas judiciais | | 10.640 | – | 10.640 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | (d) | 7.128 | 17.805 | 24.933 |
| Recicla diferida | (d) | – | 4.148 | 4.148 |
| Total do passivo não circulante | | 191.998 | 6.314 | 198.312 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | | 198.288 | – | 198.288 |
| Reserva de capital | | 1.680 | – | 1.680 |
| Reserva legal | | 2.129 | – | 2.129 |
| Reserva de lucro | (c/d) | 38.024 | (5.694) | 32.330 |
| Reserva de Incentivo Fiscal | (d) | – | 2.314 | 2.314 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 9.849 | – | 9.849 |
| Total do passivo | | 249.970 | (3.380) | 246.590 |
| | | 510.309 | 2.934 | 513.243 |

Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011:

| Legenda | 2011 | Ajuste | 2011 (Reapres.) |
|--|-----------|--------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 394.288 | – | 394.288 |
| Custo dos produtos vendidos | (164.927) | – | (164.927) |
| | 229.361 | – | 229.361 |
| Despesas e receitas operacionais | (172.350) | – | (172.350) |
| Outras despesas e receitas operacionais, líquidas | (d) | 293 | 5.143 |
| Equivalência patrimonial | (619) | – | (619) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 61.242 | 293 | 61.535 |
| Resultado financeiro | (23.950) | – | (23.950) |
| Receitas financeiras | 3.428 | – | 3.428 |
| Despesas financeiras | (27.378) | – | (27.378) |
| Resultado antes das provisões tributárias | 37.292 | 293 | 37.585 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | | | |
| Corrente | (8.972) | – | (8.972) |
| Diferido | | | |
| Lucro líquido do exercício | 28.320 | 293 | 28.613 |

Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010:

| Ativo | Legenda | 2010 | Ajustes | 2010 (Reapres.) |
|--|---------|-------------|----------------|------------------------|
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 9.809 | – | 9.809 |
| Contas a receber de clientes | | 115.652 | – | 115.652 |
| Estoque | | 54.113 | – | 54.113 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 3.910 | – | 3.910 |
| Outras contas a receber | (b) | 4.857 | (2.078) | 2.779 |
| Despesas do exercício seguinte | | 563 | – | 563 |
| Total do ativo circulante | | 188.904 | (2.078) | 186.826 |
| Não circulante | | | | |
| Partes relacionadas | (b) | 9.887 | 2.078 | 11.965 |
| Crédito a receber | | 3.584 | – | 3.584 |
| Impostos diferidos | (c) | 104 | 2.934 | 3.038 |
| Títulos e valores mobiliários | | 1.705 | – | 1.705 |
| Impostos a recuperar | | 2.964 | – | 2.964 |
| Depósitos judiciais | | 3.329 | – | 3.329 |
| Investimentos | | 11.611 | – | 11.611 |
| Imobilizado | | 168.670 | – | 168.670 |
| Intangível | | 39.770 | – | 39.770 |
| Diferido | | 1.244 | – | 1.244 |
| Total do ativo não circulante | | 242.868 | 5.012 | 247.880 |
| Total do ativo | | 431.772 | 2.934 | 434.706 |
| Passivo | | | | |
| Legenda | | 2010 | Ajustes | 2010 (Reapres.) |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores nacionais | | 12.937 | – | 12.937 |
| Fornecedores do exterior | | 3.518 | – | 3.518 |
| Empréstimos e financiamentos | | 77.803 | – | 77.803 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | | 16.946 | – | 16.946 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | 2.765 | – | 2.765 |
| Outras contas a pagar | | 3.553 | – | 3.553 |
| Total do passivo circulante | | 117.522 | – | 117.522 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (d) | 81.594 | (3.271) | 78.323 |
| Partes relacionadas | | 9.132 | – | 9.132 |
| Provisão para demandas judiciais | | 10.109 | – | 10.109 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | (d) | – | 5.039 | 5.039 |
| Recicla diferida | (d) | – | 4.839 | 4.839 |
| Total do passivo não circulante | | 100.835 | 6.607 | 107.442 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | | 198.288 | – | 198.288 |
| Reserva de capital | | 1.680 | – | 1.680 |
| Reserva legal | | 713 | – | 713 |
| Reserva de lucro | (c/d) | 12.734 | (5.694) | 7.040 |
| Reserva de Incentivo Fiscal | (d) | – | 2.021 | 2.021 |
| | | 213.415 | (3.673) | 209.742 |
| | | 431.772 | 2.934 | 434.706 |

(a) Reclassificação de aplicações financeiras de títulos e valores mobiliários para caixa e equivalentes de caixa, devido a essas aplicações possuírem liquidez imediata para resgate com o próprio emissor do instrumento, sem perda significativa de rendimento; (b) Retificação do montante de R\$ 955 em 2011, de partes relacionadas para outras contas a receber, referente ao processo de mercadorias retidas na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, e R\$ 2.078 em 2010 para corrigir saldo de contas a receber classificado incorretamente; (c) Reversão de IRPJ e CSLL diferidos passivos, constituído sobre o "AVIP", relativo à operação de financiamento de ICMS - Pro-DF; (d) A Companhia possui empréstimo junto ao BRB que deveria ser tratado conforme o parágrafo 10º do CPC 07(R1) – Subvenção e Assinções Governamentais, que estipula que o benefício econômico obtido com um empréstimo governamental por uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado deve ser tratado como uma subvenção governamental. Anteriormente, a Companhia efetuava um desconto a valor presente desse empréstimo utilizando uma taxa de juros de mercado, e contabilizava o efeito como um desconto a valor presente. A Companhia efetuou o ajuste para refletir essa operação como uma subvenção governamental.

| | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---------------------------------------|--------|----------------------|
| Caixa e bancos | 286 | 7.246 |
| Fundos de investimentos em renda fixa | 1 | 1 |
| | 287 | 7.247 |
| Equivalentes de caixa | | |
| HSBC (i) | – | 2.657 |
| Santander (i) | 21.926 | 15.765 |
| Banco Alfa (i) | 1.052 | – |
| Banco Bradesco (i) | 166 | – |
| Banco do Brasil (i) | 11.173 | – |
| Outras (i) | 50 | 7 |
| | 34.367 | 18.429 |
| | 34.654 | 25.676 |

(i) As aplicações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI e liquidez imediata. Os ativos financeiros são de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício.

6. Títulos e valores mobiliários

| | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---------------------------------------|-------|----------------------|
| Banco de Brasília | 6.605 | 3.770 |
| Banco do Brasil – Fundo de renda fixa | 2.616 | 3.770 |
| | 9.221 | 7.540 |
| | 2.616 | 3.770 |
| Circulante | | |
| Não circulante | 6.605 | 3.770 |

Conforme nota explicativa nº 14, a operação realizada com o Banco Regional de Brasília (BRB) consiste no financiamento de 70% do valor devido de ICMS decorrente das vendas realizadas via Brasília, ficando a Companhia responsável pelo pagamento dos 30% restantes. Como requerido no contrato firmado, em garantia foram adquiridos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão do próprio Banco, no valor equivalente a 10% do montante de cada parcela liberada do crédito, que devem ser mantidos até o vencimento de cada parcela do referido financiamento, sendo utilizado em sua totalidade para amortização da dívida.

7. Contas a receber de clientes

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------|---------|---------|
| Clientes nacionais | 153.343 | 137.034 |
| Clientes estrangeiros | 77 | 409 |
| | (1.995) | (7.395) |
| | 151.425 | 130.048 |

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas e instalações | Móveis e utensílios | Veículos e outros | Total em operação | Importações em andamento | Obras em andamento | Total |
|--|----------|----------------------------|------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|--------------------|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 6.649 | 89.667 | 53.405 | 2.484 | 11.182 | 163.387 | 2.349 | 2.934 | 168.670 |
| Aquisição | 84 | 22 | 8.034 | 142 | 1.727 | 10.009 | – | 3.943 | 13.952 |
| Alienação | – | – | (493) | (4) | (227) | (724) | – | – | (724) |
| Transferência | – | – | 2.349 | – | – | 2.349 | (2.349) | – | – |
| Incorporação Tecnopeak | – | – | 452 | – | – | 452 | – | – | 452 |
| Baixa depreciação | – | – | 475 | 2 | 163 | 640 | – | – | 640 |
| Depreciação | – | (1.857) | (4.856) | (194) | – | (8.773) | – | – | (8.773) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 6.733 | 87.832 | 59.366 | 2.430 | 10.979 | 167.340 | – | 6.877 | 174.217 |
| Custo total | 6.733 | 98.945 | 92.519 | 4.434 | 15.113 | 217.744 | – | 6.877 | 224.62 |

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:

| | |
|---|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado) | 3.038 |
| Realização do ativo e complemento do período | — |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado) | 3.038 |
| Realização do ativo e complemento do período | (2.357) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 681 |

18. Provisão para demandas judiciais – A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos cíveis. As provisões para contingências são determinadas com base em análise de ações em curso, autuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

| | Depósitos Judiciais | | Provisão para demandas judiciais | |
|--|---------------------|-------|----------------------------------|--------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Contingências tributárias | 3.482 | 2.344 | 3.797 | 7.311 |
| Contingências trabalhistas e previdenciárias | 602 | 1.461 | 3.445 | 2.046 |
| Reclamações cíveis | 1.000 | 232 | 681 | 1.283 |
| | 5.084 | 4.037 | 7.923 | 10.640 |

A movimentação das demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

| | R\$ |
|--|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 10.109 |
| Adições | 531 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 10.640 |
| Adições | 714 |
| Baixa por perdas | (363) |
| Baixa por reversão | (5.522) |
| Atualizações | 2.454 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 7.923 |

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. **A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue:** Tributárias – Referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração de determinados tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos à cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de aeronave. Trabalhistas e previdenciárias – Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações cíveis – As principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia. **Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras:** A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 55.395 (R\$ 65.927 em 2011). **Outras informações:** Existem ações judiciais e extrajudiciais, movidas por acionistas minoritários contra a Companhia e seu acionista majoritário, questionando, entre outras, determinadas deliberações aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar, do momento da destinação até a sua distribuição. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões. **19. Patrimônio líquido – 19.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado era de R\$198.288, representado por 197.592.163 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

| Acionista | Ações | % |
|--|-------------|------------|
| Robferma Administração e Participações Ltda. | 97.307.551 | 49,246665% |
| Proparts Investimentos e Participações Ltda. | 30.911.405 | 15,644044% |
| Prova Participações Ltda. | 31.148.090 | 15,763829% |
| MJP Adm. Participações S/S Ltda. | 22.487.195 | 11,380611% |
| Cleita de Castro Marques | 7.868.961 | 3,982426% |
| Cleide Marques Pinto | 7.868.961 | 3,982426% |
| | 197.592.163 | 100,00% |

19.2. Adiantamento para futuro aumento de capital: O saldo da conta de R\$9.849 refere-se aos aportes realizados pelo acionista Robferma Administração e Participações em dezembro de 2011 no montante de R\$8.872 e pela retenção de dividendos no valor de R\$977 para futura integralização. **19.3. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida da parcela de subvenção governamental e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social

e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **19.4. Reserva Incentivos Fiscais:** A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário, respaldados por lei/decreto junto ao Governo do Distrito Federal (Pro-DF), mediante assinatura de “Contrato” com o Banco Regional de Brasília (BRB), o qual atua como agente financiador. **19.5. Dividendos mínimos obrigatórios:** De acordo com o estatuto social, 6% do lucro líquido ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está a seguir apresentado:

| Descrição | 2012 | 2011 |
|--|-------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício | 31.729 | 28.613 |
| (-) Reserva de subvenção | (209) | (293) |
| Base para reserva legal | 31.520 | 28.320 |
| Reserva legal (5%) | (1.576) | (1.416) |
| Base de cálculos dos dividendos | 29.944 | 26.904 |
| Dividendos propostos (6%) | (1.797) | (1.614) |
| 20. Receita operacional líquida – A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega. | 2012 | 2011 |
| Vendas brutas de produtos e serviços | 571.438 | 474.091 |
| (-) Impostos sobre vendas/devoluções | (103.583) | (79.803) |
| | 467.855 | 394.288 |

21. Despesas por natureza

| | 2012 | 2011 |
|--|---------|---------|
| Matérias-primas e materiais de consumo utilizados | 111.562 | 80.224 |
| Comissões sobre vendas | 22.028 | 20.971 |
| Salários e benefícios a empregados | 107.036 | 88.051 |
| Encargos previdenciários | 32.297 | 27.995 |
| Depreciação e amortização | 10.685 | 9.154 |
| Despesas com transporte | 9.310 | 10.602 |
| Gastos com publicidade | 10.225 | 11.573 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 6.810 | 3.807 |
| Despesas com arrendamento operacional | 1.303 | 1.133 |
| Serviços prestados | 29.173 | 25.454 |
| Despesas com veículos | 8.841 | 6.248 |
| Despesas com água e energia elétrica | 5.212 | 5.830 |
| Impostos e taxas | 4.746 | 4.728 |
| Aluguéis | 2.652 | 2.309 |
| Manutenção | 5.484 | 5.550 |
| Comunicações | 3.357 | 3.298 |
| Amostra grátis | 10.450 | 7.013 |
| Honorários administração | 1.140 | 1.140 |
| Multas | 755 | 723 |
| Seguros | 1.386 | 983 |
| Brindes e doações | 3.108 | 2.112 |
| Viagens e hospedagem | 8.326 | 7.865 |
| Feiras e congressos | 6.813 | 4.686 |
| | 2012 | 2011 |
| Provisão para perdas de crédito de realização duvidosa | 736 | 4.379 |
| Outras despesas | 4.208 | 1.447 |
| | 407.643 | 337.277 |

Provisão para perdas de crédito de realização duvidosa
Outras despesas

Custos dos produtos vendidos
Despesas com vendas gerais e administrativas

22. Outras receitas operacionais, líquidas

| | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------|
| Recuperação de despesas (a) | 2.357 | 4.898 |
| Vendas de bens do ativo imobilizado | 538 | 278 |
| Valor residual do ativo imobilizado baixado | (115) | (45) |
| Receita de incentivos fiscais | 209 | 293 |
| Variação monetária – contingências | 1.536 | — |
| Outras, líquidas | 199 | (281) |
| | 4.724 | 5.143 |

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da União Química Farmacêutica Nacional S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia mantém registrado no ativo não circulante – intangível os valores de R\$ 36.507 mil e R\$ 2.466 mil, representados por custos de aquisição de marcas e patentes e ágio pago sobre aquisição de controladas, respectivamente, os quais não vêm sendo amortizados. A administração da Companhia não elaborou estudos e análises específicos que permitiriam definir o período em que as marcas e patentes contribuirão para a geração de receitas, o prazo de amortização e se seriam recuperáveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração da Companhia também não preparou a análise de recuperação do ágio conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação desses valores e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b) Não recebemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, transações e outras informações da parte relacionada Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., cujos saldos e transações estão mencionados na nota explicativa nº 9. Não nos foi possível, através de outros procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos, nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, sobre a existência dos direitos relativos a essa parte relacionada registrados no ativo não circulante no valor de R\$ 11.876 mil, bem como bens, até então, de uso comum, atualmente em fase de levantamento e conciliação pela Companhia, além de obrigações não registradas e aquelas registradas no passivo não circulante com essa parte relacionada no valor de R\$ 12.208 mil.

c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia tem registrado, no ativo não circulante, créditos a receber no valor de R\$ 3.584 mil, relacionados a adiantamento realizado para aquisição de uma empresa, cuja transação foi cancelada posteriormente. A Companhia ingressou com processo judicial contra a outra parte exigindo a devolução dos valores adiantados, o qual encontra-se em andamento. Não existem garantias reais quanto ao recebimento dos valores em aberto, bem como não foi registrada nenhuma provisão para perdas dos valores em discussão. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o patrimônio líquido e o ativo não circulante estão superavaliados em R\$2.365 mil, líquido dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos itens a) e b) e pelos efeitos do assunto descrito no item c) do parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Química Farmacêutica Nacional S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Ações judiciais e extrajudiciais movidas por acionistas não controladores: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, em que é divulgado que existem ações movidas por acionistas não controladores contra a Companhia e seu acionista controlador questionando, dentre outras, determinadas deliberações aprovadas em assembleias gerais extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos e explicações sobre determinados gastos realizados, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar do momento da destinação até a sua distribuição, e solicitando a restituição de ativos cedidos em comodato, entre outros. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões e, por conseguinte, nenhuma provisão para eventual perda foi constituída em 31 de dezembro de 2012.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011: Em 5 de março de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, contendo, além das modificações mencionadas no parágrafo Base para conclusão com ressalva, as seguintes modificações: (1) A Companhia não procedeu à avaliação e quantificação dos efeitos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais em suas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível estimar os eventuais efeitos da aplicação do referido pronunciamento sobre as demonstrações financeiras referentes

a) Em março de 2012, a Companhia registrou restituição de despesa com energia elétrica (CEMIG), referente a períodos anteriores a 2012 no montante de R\$ 858.

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------|--------------|
| 23. Resultado financeiro | 5.080 | 3.428 |
| Receita financeira | 2.765 | 1.369 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 831 | 835 |
| Variação cambial ativa | 1.484 | 1.224 |
| Juros ativos, descontos e outras receitas | (24.119) | (27.378) |
| Despesas financeiras | | |
| Variação monetária e juros passivos | | |
| sobre financiamentos | (8.308) | (11.818) |
| Juros s/Debentures | (10.217) | (7.803) |
| Descontos | (1.158) | (230) |
| Despesas bancárias e IOF | (661) | (1.046) |
| Variação cambial passiva | (2.654) | (3.677) |
| Juros sobre parcelamento de ICMS | (1.121) | (2.804) |
| | (19.039) | (23.950) |

24. Seguros – As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, estavam contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros e atendem à avaliação de riscos da administração:

| Ramos | Cobertura |
|---|---------------|
| Riscos operacionais, incluindo incêndio de estoques e bens do imobilizado | R\$161 |
| Transporte terrestre | R\$591 |
| Aeronave | USD 12.130 |
| Veículos e responsabilidade facultativa | Valor mercado |

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Instrumentos financeiros – A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos: • **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Títulos e valores mobiliários:** incluem aplicações financeiras, registradas pelo valor de aquisição ou emissão, com valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Contas a receber:** as contas a receber de clientes são deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa; • **Empréstimos e Financiamentos:** valores contratados para aquisição de ativo imobilizado e capital de giro atualizados com juros transcorridos no período; • **Fornecedores:** os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrentes, em sua maioria, da aquisição de insumo para produção. • **Operações com instrumentos derivativos e atividade de hedge:** A Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap” ou similares. Em 31 de dezembro de 2012, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

26. Evento Subsequente – A Companhia participou do leilão em janeiro de 2013 para liquidação do ICMS Pro-DF (programa de incentivo creditício), sendo que o valor do desembolso foi de R\$ 3.372 para liquidação de débitos no montante de R\$ 7.272, compreendendo o período de agosto de 2002 a setembro de 2010.

A Diretoria Gerente de Contabilidade: Alexandre José Mucheironi Contador CRC 1SP 198.386/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia União Química Farmacêutica Nacional S/A em 31 de dezembro de 2012

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A (“União Química”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da União Química, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações Patrimoniais, as respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para destinação do resultado, inclusive o orçamento de capital, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, por unanimidade voto da maioria dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da União Química.

São Paulo, 18 de março de 2013

Luiz Guimarães – Presidente

Paulo Anthero Barbosa

Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; (2) A Companhia está em fase de levantamento dos créditos e débitos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social. Consequentemente, não foi possível concluir sobre o saldo de ativo fiscal diferido de R\$7.733 mil e o saldo de passivo fiscal diferido de R\$7.629, registrados líquidos no ativo não circulante no valor de R\$104 mil. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas para eliminar as distorções existentes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a nossa opinião anteriormente emitida, eliminando apenas as modificações acima mencionadas relativas aos incentivos fiscais e impostos diferidos, mantendo as demais.

Outros Assuntos

Reapresentação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010: Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 4 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre o balanço patrimonial. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, antes dos ajustes acima mencionados, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 13 de junho de 2011, contendo as seguintes modificações: (1) a Administração da Companhia não elaborou estudos específicos que permitissem definir o período em que o ativo intangível de R\$38.605 mil, representado por marcas e patentes e ágio pago fundamentado na mais valia de marcas e patentes, contribuiriam para a geração de receitas, e consequentemente estabelecer o prazo de amortização do referido ativo, bem como para permitir uma análise sobre sua recuperabilidade; (2) limitação de escopo de auditoria pelo fato dos auditores anteriores não terem recebido resposta de confirmação de determinada parte relacionada, impossibilitando concluir sobre a existência de direitos, inclusive bens, até então de uso comum, além de eventuais obrigações a serem registradas contabilmente; (3) registro de ativo contingente no valor de R\$6.403 mil, líquidos dos efeitos tributários, em desconformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 estava superavaliado nesse valor; (4) Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.126 mil, referente a valores a receber da empresa ligada Agener União Distribuidora de Medicamentos Ltda. Consequentemente, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e o lucro líquido do exercício estavam superavaliados nesse valor.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco

Auditores Independentes S/S

CRC-2SP015199/0-6-F-GO

Gester Luis dos Santos

Contador CRC-1SP216916/0-0-S-GO

Rogério Xavier Magalhães

Contador CRC-1MG080613/0-1-S-GO